

A. I. N° - 08892660/02
AUTUADO - JOSÉ AFONSO NOGUEIRA BATISTA
AUTUANTE - JOSÉ MÁRCIO BRAGA BARRETO
ORIGEM - IFMT-DAT/NORTE
INTERNET - 12. 09. 2002

4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0325-04/02

EMENTA: ICMS. INSCRIÇÃO CADASTRAL. ESTABELECIMENTO FUNCIONANDO SEM INSCRIÇÃO. MULTA. Está sujeito à multa o estabelecimento que estiver funcionando sem estar inscrito no Cadastro de Contribuintes do ICMS do Estado da Bahia. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide, lavrado em 17/07/02 pela fiscalização do trânsito de mercadorias, exige multa no valor de R\$ 400,00 em decorrência de o autuado estar funcionando sem inscrição cadastral na Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia.

O autuado apresentou defesa tempestiva, alegando que o auditor fiscal lavrou o Auto de Infração em nome de José Afonso Nogueira Batista, com a Inscrição Estadual nº 96.164.486 – AM, conforme consta no DAE anexado aos autos (fl. 7). Assevera que, de acordo com o documento de fls. 8, essa inscrição se encontrava “baixada”. Ao final, afirma que não estava funcionando, que não infringiu nenhum artigo do RICMS-BA/97 e solicita a improcedência do lançamento.

Na informação fiscal, o autuante explica que o autuado é proprietário, há cerca de dois anos, do Bar Brisa das Palmeiras, estabelecimento muito concorrido durante o almoço e, especialmente, na “noite” de Santo Antônio de Jesus. Diz que, quando os integrantes do Posto Fiscal Móvel III da IFMT-Norte visitaram o estabelecimento, o mesmo estava funcionando sem o talonário de notas fiscais e sem inscrição cadastral, em consequência, foi lavrado o Termo de Ocorrência (fl. 2) e o Auto de Infração em lide, ambos assinados pelo Sr. José Afonso de Nogueira Batista que reconheceu que funcionava irregularmente, ali, há cerca de dois anos.

O autuante afirma que o documento de fl. 8 é referente a uma inscrição “baixada” em 2000, com atividade e endereço diversos e é relativo a um contribuinte inscrito como ambulante. Em seguida, frisa que o Bar Brisa das Palmeiras, em flagrante desrespeito ao fisco, continua funcionando sem inscrição estadual. Ao final, solicita a procedência da autuação.

VOTO

De acordo com o artigo 150 do RICMS-BA/97, antes de iniciarem as suas atividades comerciais, os contribuintes deverão se inscrever no Cadastro de Contribuintes do ICMS do Estado da Bahia (CAD-ICMS), na condição em que se enquadrar.

No caso em lide, o auditor fiscal acusa o autuado de estar funcionando sem ter não ter cumprido a obrigação tributária acessória citada acima e, em consequência, exige, mediante Auto de Infração, a multa prevista na Lei nº 7014/96 para a irregularidade. Para comprovar a acusação e

fundamentar o Auto de Infração, o auditor fiscal lavrou o Termo de Ocorrência de fl. 2, o qual foi assinado pelo próprio autuado.

Visando elidir a acusação, o autuado nega que estivesse funcionando e afirma que estava inscrito no CAD-ICMS sob o nº 96.164.486 – AM, sendo que essa inscrição estava “baixada” desde 2000.

As alegações defensivas não podem prosperar, pois o Termo de Ocorrência de fl. 2, assinado pelo próprio autuado, é prova suficiente de que ele estava funcionando sem inscrição estadual. Além disso, a inscrição cadastral nº 96.164.486-AM, citada pelo autuado em sua defesa, não elide a acusação, pois já se encontrava “baixada” desde 28/09/00, além disso, ela era referente a uma pessoa física inscrita como “ambulante”.

Em face do comentado acima, entendo que a infração ficou caracterizada, que foi correto o procedimento do autuante e que é cabível a multa indicada na autuação.

Pelo acima exposto, voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **08892660/02**, lavrado contra **JOSÉ AFONSO NOGUEIRA BATISTA**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento da multa no valor de **R\$ 400,00**, prevista no art. 42, XV, “F”, da Lei nº 7014/96.

Sala das Sessões do CONSEF, 10 de setembro de 2002.

ANTÔNIO AGUIAR DE ARAÚJO – PRESIDENTE

ÁLVARO BARRETO VIEIRA – RELATOR

ANSELMO LEITE BRUM – JULGADOR